

Além da estrutura da notícia: o legado de Nilson Lage para o ensino de edição jornalística

Pedro Aguiar Lopes de Abreu

Sonia Aguiar Lopes

João Baptista de Abreu Junior

Recebido em: 20.03.22
Aprovado em: 04.05.22

Pedro Aguiar Lopes de Abreu

Jornalista, professor de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF) e professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). É doutor em Comunicação pela UERJ e mestre pela ECO/UFRJ.

E-mail: pedroaguiar@id.uff.br

Sonia Aguiar Lopes

Jornalista graduada pela UFF, com Mestrado e Doutorado em Comunicação (ECO-UFRJ) e pós-doutorado em Geografia Regional pelo PPGeo-UFF. Profa. do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: saguiar@academico.ufs.br

João Baptista de Abreu Junior

Jornalista e professor titular (aposentado) de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF). É doutor e mestre em Comunicação pela ECO/UFRJ.

E-mail: joaobajr@uol.com.br

Resumo:

Este artigo compila as contribuições da obra e dos ensinamentos em aula de Nilson Lage (1936-2021) para o ensino de edição jornalística e as desdobra em proposições conceituais para caracterizar o trabalho de editores no jornalismo atual. Com fundamento nas referências do autor a este tema, propõe-se aqui enxergar a edição como composta de três dimensões – planejamento de produtos jornalísticos, gestão da produção e tratamento de conteúdos – e três procedimentos – seleção, hierarquização e ênfase –, descritos como articulados de forma orgânica às outras etapas da produção jornalística: pauta, apuração e redação. Além disso, recupera a formulação de Lage para a estrutura tópico-documentação. A relevância desta abordagem justifica-se pela escassez de literatura direcionada a essa matéria de ensino no Brasil, demanda permanente gerada pelas disciplinas dedicadas ao tema nos cursos de Jornalismo.

Palavras-chave: Edição jornalística. Ensino de jornalismo. Teorias do jornalismo.

Beyond the news structure: Nilson Lage's legacy for teaching news editing

Abstract:

This paper compiles the contributions from the works and teaching of Nilson Lage (1936-2021) for training news editing, and shapes them into conceptual propositions in order to describe the labour of editors in present-day journalism. Based on the author's references to this subject, we propose to frame news editing as composed by three dimensions – planning news products, newsmaking management, and content treatment – and three procedures – selecting, hierarchizing, and emphasizing –, outlined as organically articulated to the other stages of news production: assignment, reporting and writing. Besides, Lage's formulation of the topic-documentation writing structure is hereby recovered. This approach is justified by the scarcity of literature aimed at such topic in Brazil.

Keywords: News editing. Journalism teaching. Theories of journalism.

Estudos em Jornalismo e Mídia
v.19, n.1, jan./jun. 2022.
ISSNe 1984-6924

Este artigo reúne as reflexões de três docentes sobre o ensino dos processos de edição jornalística a partir das suas próprias experiências em sala de aula, para as quais o legado da obra de Nilson Lage tem sido fundamental. É com este intuito que dois jornalistas e professores, ambos ex-alunos do mestre Nilson Lage no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, se propõem a sistematizar o aprendizado das técnicas jornalísticas por ele repassado em sala de aula na década de 1970 e que, passados 50 anos, continuam a servir como ponto de partida de nossas aulas. O terceiro autor não foi exatamente aluno de Nilson Lage, mas, de tanto ouvir em casa as histórias, os conceitos e os debates propostos por ele, tornou-se um admirador do mestre que não chegou a conhecer.

Os autores compartilham a visão de que os processos editoriais se estendem da pauta ao fechamento, incluindo a seleção, a hierarquização e os “destaques” (ou ênfase) atribuídos aos acontecimentos pelo veículo jornalístico, seja na primeira página de um jornal, na capa de uma revista, na página inicial de um portal de notícias ou na escalada de um telejornal ou de um noticiário sonoro. E identificam na obra de Lage – especialmente nas reflexões sobre estrutura, ideologia e técnicas da notícia – tais procedimentos que consideram ser os pilares da edição, em qualquer plataforma tecnológica que atualmente serve de suporte para as narrativas jornalísticas.

A relevância desta abordagem justifica-se pela escassez de literatura direcionada a essa matéria de ensino no Brasil e pelo número de disciplinas dedicadas ao tema nos cursos de Jornalismo do País. Indicadores coletados em levantamento realizado para este artigo podem ser encontrados entre os 20 cursos de graduação mais bem avaliados na área pelo Ranking Universitário da *Folha de S. Paulo* (RUF) de 2015, dos quais, em 2022, 11 ofereciam disciplinas específicas de edição jornalística, sob nomes diversos: “Edição” (UFSC), “Planejamento Editorial” (UFF), “Projetos Editoriais e de Negócios em Jornalismo” (UNESP), “Produção Editorial” (PUC-RS) e “Edição de Texto em Revistas” (ECA/USP). Outras instituições de renome na área também preveem o tópico em seus currículos – casos da UFPE (Edição), UFSM (Jornalismo Impresso I e II), UFJF (Produção e Redação em Jornalismo Impresso II), UEL (Edição do Jornal Laboratório) e UFPEL (Produção da Notícia)¹. Contudo, apenas em cinco delas (UFF, UFBA, UFSM, UERJ e UFPEL) as obras de Nilson Lage são incluídas nas bibliografias de tais matérias. Fora das 20 primeiras no ranking, alguns cursos oferecem disciplinas com esse foco específico, como “Edição Jornalística” (UFS) e “Edição em Jornalismo” (UFU e UFT). Em outros cursos examinados, o ensino de edição aparece pulverizado em cadeiras diferentes ou, simplesmente, não aparece.

Além disso, os dois principais livros de referência adotados nessas disciplinas pouco citam o professor Nilson. Para elaboração do seu “Guia para a edição jornalística”, muito citado nas bibliografias das disciplinas listadas, Luiz Costa Pereira Junior consultou apenas “A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística”, de 2001, além de dois textos de opinião publicados no site do curso de Jornalismo da UFSC. E no esgotado “Edição em Jornalismo: ensino, teoria e prática”, organizado por Ângela Felippi, Demétrio Soster e Fabiana Piccinin, de 2006, somente dois dos 12 autores reunidos na coletânea incluíram na bibliografia um livro (cada um) de Lage: “Linguagem Jornalística” e “Estrutura da notícia”.

Nilson Lage iniciou sua carreira docente na Universidade Federal Fluminense, instituição em que permaneceu por mais tempo: 17 anos, de 1971 a 1988. Ao longo de seu ciclo na UFF, ministrou diversas disciplinas, inclusive a então denominada Redação e Edição, ofertada no 7º período. Nessa matéria, num contexto em que as possibilidades de aplicação da edição em meios de comunicação restringiam-se a jornais, revistas, rádio e televisão, o professor enfatizava a di-

¹Nota-se, até hoje, um predomínio da ideia de edição jornalística atrelada ao meio impresso (jornais e revistas). Falta uma noção ampla de princípios de edição a despeito do meio ou suporte tecnológico.

mensão sistêmica do processo de produção da notícia, em que as etapas da pauta, da apuração, da redação e da edição não poderiam ser tomadas como atomizadas, mas articuladas num contínuo produtivo.

Esta perspectiva orgânica, no entanto, está longe de ser consensual no ensino e na pesquisa em jornalismo no Brasil, onde não tem sido dada a devida atenção aos procedimentos de edição. Mais de 15 anos atrás, Soster (2006, p. 31) já apontava para a ausência da edição nos compêndios e bibliografias e nos cursos de jornalismo. “Ao que tudo indica, ou a matéria formalmente constituída praticamente deixou de existir”, ou foi substituída por cadeiras “ligadas de maneira fragmentária à administração de empresas, ética e legislação”. Desde a adoção das novas diretrizes curriculares de jornalismo, implantadas a partir de 2013, porém, disciplinas com títulos variados vêm sendo criadas ou reformuladas com foco na edição, conforme elencado anteriormente.

Este artigo recupera as contribuições de Nilson Lage buscando reproduzir sua perspectiva orgânica, do planejamento da pauta ao tratamento dos elementos editoriais (referidos no atual jargão profissional como “conteúdos jornalísticos”). Em seguida, propõe uma organização desses aportes numa síntese que cruza o que chamamos de **dimensões da edição** com os principais procedimentos de edição descritos em sua obra. Ao final, resgata uma das principais originalidades de Nilson Lage: a **estrutura tópico-documentação**, que o autor elaborava como técnica de redação e que entendemos ser, propriamente, do domínio da edição do texto jornalístico.

Assim, o que se pretende ressaltar aqui é que o trabalho docente e intelectual de Nilson Lage manteve uma preocupação constante com a edição como uma função orgânica do fazer jornalístico, embora raramente observada pelos revisores de sua obra e, ainda menos, por gerações mais novas de docentes. Ou seja, mesmo concentrando seu foco nas dimensões linguística (“Linguagem Jornalística”, “Teoria e Técnica do Texto Jornalístico”, “Estrutura da Notícia”) e político-ideológica (“Controle da Opinião Pública”, “Ideologia e Técnica da Notícia”), a obra de Nilson Lage mantém uma linha subjacente de reflexão crítica e aprofundada sobre o papel da edição na produção da notícia, como será demonstrado a seguir.

Dimensões da edição

O que aqui propomos entender por edição jornalística, organizando e interpretando as contribuições de Nilson Lage, revela-se em duas formas distintas. Em primeiro lugar, no jornalismo como prática profissional, enxergamos a edição em três dimensões distintas, mas concomitantes:

- 1) planejamento de produtos jornalísticos;
- 2) gestão da produção jornalística; e
- 3) tratamento de conteúdos jornalísticos.

Em segundo lugar, essas dimensões são atravessadas pelas funções atribuídas aos editores nos seus diferentes níveis operacionais: os procedimentos de seleção, hierarquização e ênfase que materializam o trabalho de edição, da pauta ao fechamento. É nesses três procedimentos que este trabalho concentra sua atenção, partindo das contribuições de Lage em suas aulas e obras, articuladas com as três dimensões propostas e detalhadas a seguir.

O planejamento editorial é a dimensão exercida como etapa primária e mais duradoura do fazer jornalístico, pois consiste na elaboração do projeto editorial,

do projeto gráfico (em meios impressos e que utilizem linguagens visuais), das políticas editoriais (procedimentais e éticas) e da linha editorial (valores, princípios, orientações para o conteúdo e relacionamento com o público), que depois perduram de forma razoavelmente estável ao longo do ciclo de vida do veículo ou produto jornalístico. Além disso, serve de base para o planejamento operacional das rotinas jornalísticas, que começam pelas pautas, nos meios caracterizados pela periodicidade (em contraste com os *all-news* e de tempo real ou atualização contínua).

Para Lage (2001, p. 36), o planejamento editorial permite aos gestores jornalísticos garantir interpretação menos intempestiva ou emocional dos eventos a serem cobertos; reduzir a pulverização de esforços em atividades improdutivas; a pesquisa prévia sobre o fato ou tema da cobertura, visando ampliar ou aprofundar seu escopo; a produção de material informativo e/ou ilustrativo complementar, entre outros. Por outro lado, é também uma forma de controle sobre as rotinas produtivas dos jornalistas e de brecha para canalização dos interesses empresariais ou políticos da direção do veículo (por meio das matérias “reco”, abreviatura de “recomendada” no jargão carioca, ou “OP” em São Paulo e “pauta 500” no sul). Controle esse que se ampliou com a incorporação da pauta como ponto de partida das rotinas jornalísticas.

Quando a modernização do jornalismo brasileiro se generalizou, a partir de São Paulo, nos anos 1970, a pauta foi introduzida por toda parte, junto com as técnicas de redação, a programação gráfica das páginas e os procedimentos gerenciais que caracterizam a imprensa industrial moderna. [...] Antes da instituição da pauta, apenas as matérias principais ou de interesse da direção eram programadas. O noticiário do dia-a-dia dependia da produção dos repórteres que cobriam setores. Estes se obrigavam a trazer diariamente sua cota de textos, o que significava, na prática, ter uma programação de notícias *frias* ou reportagens *adiáveis* para os dias de menor atividade. De certa maneira, o planejamento da edição era, assim, descentralizado (LAGE, 2001, p. 32-33, grifos do original).

A gestão diz respeito à condução do trabalho e à administração dos recursos editoriais disponíveis para a produção da notícia, incluindo o emprego adequado dos meios e custos investidos. Os editores exercem liderança sobre a equipe, têm a prerrogativa de contratar e dispensar jornalistas, podem adquirir material externo, controlar o orçamento e dispor de dinheiro, bem como – em veículos menores, nos quais inexiste a função de secretaria de redação – gerir o uso e a manutenção de equipamentos, transporte e outros recursos materiais. Embora Nilson Lage fosse um crítico da introdução de certas técnicas de administração nas redações, defendia uma atualização contínua, tanto da empresa quanto dos profissionais, por conta da sua visão sistêmica dos processos de produção jornalística.

Veículos que pretendem evoluir permanentemente devem organizar circuitos paralelos com finalidades quer de aperfeiçoamento da equipe, quer de controle de qualidade do produto: debates sobre métodos de trabalho e novas ideias, cursos e palestras de atualização para seus repórteres e editores [...]; sistemas de avaliação e crítica externos à redação (LAGE, 2001, p. 44).

Por fim, o tratamento, feito em diferentes suportes e formatos de mídia, é a função mais dinâmica do trabalho de edição e cujo resultado é o mais visível, pois consiste nos cortes, montagens (de páginas, de espelhos, scripts ou VTs), titulação (definição de títulos, subtítulos, chamadas e manchete), retrancas, intertítulos, olhos, legendas de fotos, créditos e outros recursos verbais da edição. Esta dimensão inclui também processos decisórios acerca da crescente incorporação de recursos visuais e multimídia no produto final, que, além das tradicionais fotos jornalísticas, abrange mapas, ilustrações e variadas modalidades de infográficos. Cabe aos editores a tarefa de aprontar o material da maneira

como o público o verá (ou ouvirá), encaminhando o fechamento como momento culminante das edições.

Pauta como planejamento e gestão

O primeiro processo no ciclo editorial de um veículo jornalístico é a construção da previsão de pauta. No jargão jornalístico, esse é um termo polissêmico, que pode indicar a) a previsão dos assuntos a serem incluídos na edição que está sendo elaborada; b) o planejamento de cada assunto em si, especialmente de reportagens; e c) a apuração em andamento. Lage (2001, p. 34) identificou duas aplicações distintas para essa parte operacional do planejamento editorial, que aqui chamaremos de “pauta de editor” (a) e “pauta de repórter” (b). A primeira funciona como um planejamento de produção de uma edição inteira (de jornal, revista, telejornal, podcast etc.) e também de editorias específicas (política, economia, cultura, esportes etc.) e inclui: “a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário [dentro da periodicidade do veículo] e os assuntos a serem abordados em reportagens, além de eventuais indicações logísticas e técnicas” (ângulo de interesse, dimensão prevista – tamanho na página ou tempo no telejornal, por exemplo – sugestões de fontes, além de orientações sobre os recursos disponíveis para a produção da matéria).

Já a pauta de repórter é composta por um roteiro a ser seguido pela equipe de reportagem para execução da pauta do editor. Porém, como alerta Lage (2001, p. 35), o “trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto”.

Pautas *caem* quando não é possível realizá-las: ou estavam erradas, ou o que previam não aconteceu por algum motivo, ou não se consegue apurá-las com os recursos disponíveis. Boas pautas são aquelas que dão origem a matérias que devem sair com destaque e, supostamente, acrescentam algo ao currículo do repórter. Pautas ruins ou *podres* são matérias eventualmente trabalhosas, mas que, presume-se, vão resultar em textos secundários, de menor interesse (LAGE, 2001, p. 34-35; grifos do original).

Segundo Lage (2011, p. 29), a instituição da pauta como procedimento padronizado foi adotada, inicialmente, pelas revistas (geralmente de periodicidade mensal ou semanal), por uma razão simples: o fato de não terem o compromisso (ou interesse) de cobrir todos os assuntos da sua área de abrangência e, portanto, terem mais liberdade no processo de seleção dos seus conteúdos, em comparação aos veículos de cobertura diária. “A obrigação de selecionar ressalta a importância do planejamento da edição. Além disso, matérias de revista são feitas a partir de enfoques editoriais específicos, que precisam ser considerados previamente” (LAGE, 2001, p. 29).

Lage (2001, p. 30) cita como exemplo a revista estadunidense *Time*, “uma das primeiras a organizar-se como indústria de informação”, que ao longo de um século institucionalizou suas reuniões de pauta semanais, com a presença dos editores de áreas temáticas e o editor-chefe – “o delegado da direção (do *board* de diretores) da empresa” (LAGE, 2001, p. 30). A partir desses encontros, as matérias são programadas “não apenas quanto aos fatos a serem apurados, mas, principalmente, quanto à linha de orientação do texto”. O autor lembra que a política da *Time* impõe que, para cada edição, apure-se “um volume de informação muito maior do que aquele que será publicado, exatamente para permitir seleção dos fatos que dêem apoio à linha editorial (escolhem-se e ampliam-se os que a sustentam; desprezam-se ou minimizam-se os que a contrariam)” (LAGE, 2001, p. 30).

No Brasil, tal **modus operandi** foi adotado pela revista *Veja*, desde as suas origens comprometida com as elites dominantes brasileiras, tanto quanto

a *Time* com “os interesses do *establishment* americano”, como observado por Lage (2001, p. 30).

Com maior ou menor tolerância, expressando correntes de pensamento mais ou menos explícitas, esse é o modo de produção de qualquer revista – e, particularmente, daque-las chamadas de informação geral, que seguem o modelo *Time*. Em magazines semanais, quinzenais ou mensais, pode haver mais de uma reunião de pauta – em cada editoria, com os repórteres, e a decisiva, congregando os editores de área. Cada editor propõe suas matérias e a revista é concebida como unidade que leva em conta diferentes fatores: agressividade, beleza plástica, atualidade, assuntos exclusivos etc. Quando a linha editorial está introjetada (ela é uma espécie de regra tácita do jogo), o debate concentra-se em torno de detalhes de confecção. Indicam-se fontes, produzem-se orientações para a apresentação, ilustração e complementação das matérias, o que pode envolver a mobilização de vários profissionais, de sucursais, correspondentes ou agências (LAGE, 2001, p. 30-31).

Ainda de acordo com o autor, a pauta generalizou-se nos jornais diários brasileiros a partir dos anos 1950, na esteira da reforma gráfica e editorial iniciada pela *Última Hora* e pelo *Diário Carioca*, ambos do Rio de Janeiro. No início da década seguinte, foi a vez de o *Jornal do Brasil* inaugurar “talvez a mais estruturada e completa [previsão de pauta] dentre as primeiras” (LAGE, 2001, p. 31), que chegou a ser publicada como serviço ao leitor durante algumas semanas. O professor costumava comparar as pautas dos noticiários de rádio “com as de jornais”, enquanto as de televisão, para ele, lembravam as de revistas: “É que, neste caso, as matérias costumam envolver alguma produção e incluem dados relacionados com a captação de imagens. As entrevistas para gravação devem ser marcadas e as locações combinadas previamente” (LAGE, 2001, p. 38).

Um exemplo da atualidade dessa abordagem de Lage pode ser encontrado em material institucional publicado pela respeitada revista inglesa *The Economist*, em 2017, que evidencia como as reuniões de pauta (*editorial meetings*, em inglês) têm sido mantidas como um recurso fundamental de planejamento editorial e eixo norteador das rotinas produtivas do jornalismo. Implantadas em 1922 e realizadas sempre às segundas-feiras após o almoço, essas reuniões são mantidas até hoje como uma tradição. Mas o aumento expressivo no número de páginas (de 25 para 70) e a publicação multiplataforma obrigaram a realização de mais encontros ao longo da semana.

Publicamos diariamente em várias plataformas online também. Isso exige mais reuniões. Os editores se reúnem com os seus repórteres na sexta-feira de manhã para montar a previsão de pauta da edição da semana seguinte. As mais importantes são apresentadas para o resto da redação no final do dia, e são identificados possíveis capas e editoriais. A pauta é provisória, caso algum acontecimento atrapalhe os planos, como é comum. Mas continua a tradição de fazer a reunião de pauta principal na segunda-feira, uma etapa quase final do ciclo – embora agora seja feita antes do almoço (THE ECONOMIST, 2017, online; tradução nossa)².

Com preocupações análogas, Nilson Lage salientou o papel da edição em montar diferentes apurações em um mesmo produto durante coberturas de fatos em andamento. “Havendo matéria exclusiva, de repórteres, correspondentes ou enviados especiais, ela geralmente é destacada em texto que inclui informações de várias fontes, desde *press releases* [...] até matérias compradas de agências de notícias” (LAGE, 2006, p. 40).

Ao comparar duas situações de produção de informação sobre um conflito bélico internacional, hipoteticamente em uma região da Turquia ou da Romênia, entre um redator baseado em Londres e um enviado especial a campo, Lage ressalta que as informações selecionadas diretamente pelo repórter tendem a ser mais relevantes. Este “sente o *clima*” do que acontece:

²No original: “We publish daily on various online platforms as well. This necessitates more meetings. Section editors meet with their reporters on a Friday morning to draft a list of stories for the following week’s issue. The most significant are presented to the rest of the editorial staff later in the day, and possible covers and leaders, or editorials, are identified.

The list is provisional in case news events scuttle plans, as they often do. But the tradition of holding the main editorial meeting on a Monday continues, an almost-final stage in the cycle — though it is now held before lunch.” Disponível em: <https://medium.economist.com/inside-the-economists-editorial-meeting-961d1575f952..>

“está diante de pessoas reais, com representações variadas e peculiares dos acontecimentos, percebe como essas pessoas – militares, civis, revoltosos – reagem, o quanto estão envolvidos na luta e o que cada episódio significa no contexto” (LAGE, 2001, p. 23; grifo do autor).

Isto é particularmente importante no caso de entradas ao vivo na televisão. Já o jornalista confinado na redação, por mais que tenha acesso a documentos militares, testemunhos civis coletados por agências de notícias “e suporte na informação geográfica e histórica das melhores enciclopédias” (LAGE, 2001, p. 23), não conseguiria editar uma matéria contundente sem um relato vindo diretamente do *front*.

Tratamento de conteúdos

Embora o foco central de Nilson Lage estivesse na produção e na edição do texto – algo coerente com sua formação em Letras e com sua preocupação permanente com a linguagem – há no seu pensamento estruturalista uma contribuição fundamental para a compreensão da edição como articulação lógica de um conjunto de conteúdos jornalísticos. A pista fundamental para esse raciocínio encontra-se no livro “Estrutura da Notícia” (2006), no qual ele descreve as três fases do processo de produção de uma notícia: a seleção de eventos, a ordenação dos eventos e aquela que ele chamava de “nomeação”.

Transportadas para o contexto da edição de uma primeira página de jornal ou *home page* de um portal de notícias, por exemplo, a seleção diz respeito aos eventos cobertos pelo veículo que comporão a manchete e demais chamadas desse espaço editorial. Já a ordenação – que orienta “a atenção do interlocutor [...] a partir do evento mais importante ou interessante” (LAGE, 2006, p. 22-23), corresponde à valoração hierárquica dos eventos selecionados, enquanto a nomeação – relativa aos “nomes que se atribuem às coisas” (e pessoas) na narrativa jornalística – determina sentidos aos eventos e personagens por meio das palavras escolhidas para caracterizá-los (seja positiva ou pejorativamente).

A seleção se dá não só pela definição da pauta (assuntos a serem abordados, com seus respectivos ângulos de abordagem), mas ao longo de todo o processo produtivo, começando pela escolha das fontes (privilegiadas ou vetadas). Repórteres experientes “pré-editam” as informações da matéria desde a apuração, como em entrevistas, quando só anotam trechos de falas das fontes que sabem que renderão “aspas” (citações). Ao escrever, o jornalista exerce a seleção também no descarte de informações que ficarão fora da matéria (o não dito). Afinal, como lembra Lage (2001, p. 23), “o repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante”.

Certamente, o conceito mais disseminado para descrever o procedimento de seleção dos assuntos a serem publicados em detrimento de outros, descartados, é o de *gatekeeping*, adaptado por White (1950) do campo da Psicologia, o que Lage considerou. Atrelados ao projeto editorial (elaborado na dimensão de planejamento), “a condição efêmera do produto e seu compromisso com a prestação de serviços prevalecem como padrão de julgamento do que interessa ou não publicar” (LAGE, 1993, p. 9). No entanto, ao longo de sua obra, Nilson Lage deu mais atenção à seleção não só em termos do que é contemplado no conjunto das pautas de cada ciclo editorial de um veículo, mas também à seleção de informações e de fontes dentro de cada pauta, entendendo-a como o procedimento inicial da edição jornalística. Lembrava ele que, para tomar decisões cotidianas, “as pessoas necessitam de informações que estão nos veículos de comunicação ou podem ser inferidas a partir do que eles noticiam” (LAGE, 2001, p. 21), pelo que “a informação torna-se, portanto, matéria-prima fundamental e o jornalista, um tradutor de discursos” (LAGE, 2001, p. 22).

A informação tornou-se tão abundante que se torna obrigatório selecioná-la. Quem fizer a seleção deterá parcela significativa de poder, sejam governos, empresas nacionais ou internacionais. [...] O direito individual de escolha entre os veículos esgota-se nas possibilidades que são oferecidas, e a padronização faz com que eles se pareçam, ou se comportem de maneira unânime nos temas fundamentais (LAGE, 2006, p. 60).

A obra e as aulas de Nilson Lage – associadas à experiência prática no ensino de edição jornalística – nos levam a inferir quatro níveis de procedimentos de seleção que se desdobram e se complementam ao longo do processo de edição (seja qual for a plataforma e o ciclo de vida do veículo):

- 1º. o da pauta – por meio da qual editores determinam que fatos do fluxo cotidiano de acontecimentos e assuntos do debate público vão ser alvo das reportagens e os que ficarão de fora;
- 2º. o das fontes – quem será ouvido sobre o que na reportagem (execução da pauta) e eventuais vetos determinados pela linha editorial ou interesses empresariais;
- 3º. o das informações no texto – do que foi apurado, o que entrará ou não na matéria a ser publicada ou veiculada;
- 4º. o dos destaques – que matérias terão lugar privilegiado na home/capa/primeira página do veículo, para depois serem ordenadas por importância e atualidade.

A ordenação ou *hierarquização* é concretizada nas escolhas de posicionamento na página, ordem de exibição, tamanho e tempo dedicados a cada matéria, e todas as formas de configurações que se manifestam de formas gráfica e audiovisual para conferir pesos e valores diferentes aos itens da edição (retrancas). Ao definir a natureza sistêmica do projeto gráfico do jornal impresso como organizador das informações, Lage (1993, p. 6) ressalta que os elementos visuais existem para hierarquizar, ressaltando a diferença em detrimento da semelhança.

Os traços estabelecem divisões e integram conjuntos. As manchas e blocos de letras decidem, com os claros, o equilíbrio ou movimento estéticos. Os grupos de letras guardam certa hierarquia: maiores ou menores; no alto ou no pé da página; em aglomerados compactos ou com claros em volta; de hastes finas ou grossas, com ou sem acabamento nas pontas; maiúsculas (*versais*) ou minúsculas (*caixa-baixa*); verticais (*redondas*) ou inclinadas (*cursivas, itálicas, grifo*) (LAGE, 1993, p. 6; grifos do original).

Finalmente, há o que denominamos como *ênfase* ou destaque, um recurso de reforço semiótico para orientar a recepção ou as percepções de sentido de certos aspectos. Ela se traduz na ampliação (de espaço e tempo) para conteúdos selecionados, na multiplicação de referências e remissões e na escolha vocabular, que resultarão em certas ênfases em detrimento de outras. Os “espaços nobres” dos diferentes meios – primeira página no jornal, capa na revista, escalada no telejornal e *home page* no portal – concedem visibilidade maior e indicam ao leitor/ouvinte/espectador/usuário as pautas de maior relevância naquele ciclo periódico (dia, semana, mês). A “nomeação” de Nilson Lage não corresponde estritamente à ênfase, mas pode ser uma forma de conferir ênfase a certos elementos verbais, especialmente na escolha vocabular para a confecção de títulos.

Como exemplo hipotético de importância da nomeação em títulos, o professor demonstrava que a notícia de uma incursão aérea israelense contra guerrilheiros do Hamas oferecia duas construções possíveis, de acordo com a linha editorial dos veículos: ou “Aviões de Israel bombardeiam aldeias palestinas”, ou “Aviões de Israel neutralizam posições terroristas”. Na medida em que “o jornalismo se propõe a processar informação em escala industrial e para consumo imediato”

(LAGE, 1993, p. 35), as chamadas e manchetes são a forma mais imediata desse consumo no jornalismo escrito (impresso e digital). As chamadas são versões concisas pinçadas da pauta do dia para a exposição amplificada, direcionando a cognição do público para aquilo a que os editores, amparados em seus critérios de noticiabilidade, conferem estatuto de importância relativa.

Nesse sentido, Nilson Lage alertava seus alunos em relação ao uso cuidadoso de números, especialmente no fechamento de títulos de matérias, chamadas e, mais ainda, em manchetes. Em 1974, quando a primeira crise do petróleo fez disparar a inflação no Brasil, ele deu dois exemplos fictícios de títulos com leituras distintas, ainda que se ativesse à objetividade: enquanto um jornal crítico ao regime militar estamparia “Inflação de março passa dos 2 dígitos”, outro que apoiasse o governo titularia “Poupança rende 10,5%”.

Outro exemplo, mais recente, que Lage poderia ter usado em sala de aula – como faz a coautora deste artigo na disciplina Edição Jornalística – é o de uma manchete publicada pelo Portal UOL em 17 de maio de 2015, durante a gestão de Fernando Haddad na prefeitura paulistana: “Em São Paulo, 4 em cada 10 desistem do programa da prefeitura contra o crack”. O enunciado, que deliberadamente destaca o suposto fracasso da iniciativa ao ocultar que os 60% restantes não desistiram, remete a uma matéria publicada no caderno Cotidiano da *Folha de S.Paulo* em 17 de maio de 2015. Diz o texto: “A desistência representa 43% das 798 pessoas que aderiram ao programa, iniciado há um ano e quatro meses”. E, destas, “o Braços Abertos tem hoje [na época] 494 beneficiários”, o que equivalia a um percentual de 61,9% de persistentes – logo, a mais casos de sucesso do que perdas.

O título, utilizado com nuances em três plataformas da *Folha* (impresso, digital e Facebook), foi duramente criticado por leitores e analisado pelo Manchetômetro³, que observou que “o texto em si acaba apontando vários dados da política que podem muito bem ser interpretados de maneira favorável por um leitor de boa vontade” (SASSARA e FERES JUNIOR, 2015). Ou seja, a indução ao fracasso foi uma decisão tomada na fase final da edição, não na reportagem. Já o site de notícias regionais paulista SPressoSP foi mais além, ao usar outros números para propor um contraponto denotador de sucesso: “Braços Abertos: ‘Antes dele, 9 em cada 10 viciados desistiam’” (FRANCO, 2015).

No entanto, apesar de ter participado da reforma editorial e gráfica do *Diário Carioca*, nos anos 1950, Nilson Lage dedicou-se menos à função que podem ter os elementos não verbais, como fotos e ilustrações, nos procedimentos de hierarquização e ênfase na edição jornalística. Considerando o crescente papel que a imagem vem assumindo nas percepções e comportamentos dos públicos, e a progressiva integração de mídias jornalísticas, esta é uma lacuna digna de nota na obra do mestre – o que exige abrir todo um flanco de discussão que não é a intenção deste trabalho.

Assim, o que procuramos demonstrar aqui, a partir da interpretação das contribuições de Lage em suas aulas e obras, é que a edição jornalística pode ser compreendida nessas três dimensões (planejamento; gestão; e tratamento) e materializada nos três processos ou procedimentos que se entrelaçam: a) seleção; b) hierarquização e c) ênfase (ou destaque), como sintetizado de forma didática no Quadro 1.

³Projeto de pesquisa e extensão ligado ao IES-P-UERJ dedicado ao “monitoramento contínuo da grande mídia brasileira”, criado em 2014 como um (<http://manchetometro.com.br/>)

Quadro 1 – Quadro-síntese das dimensões e procedimentos de edição jornalística

Dimensões da edição	Procedimentos de edição	Níveis de seleção
Planejamento editorial (estratégico e operacional)	A pauta de editor (previsão de pauta) e a pauta de repórter (pauta em execução)	Seleção (1º nível) – pauta O que vai ser coberto de acordo com o projeto e a linha editoriais
Gestão da produção	apuração, redação e edição de texto; elaboração de espelho (hierarquização)	Seleção (2º nível) – reportagem (execução da pauta): fontes e informações
Tratamento de conteúdos jornalísticos (em qualquer suporte e formato de mídia)	escolha da manchete fechamento de primeiras páginas/escaladas/home pages (ênfase)	Seleção (3º nível) – o que entra no texto; ordenação/hierarquização de informação Seleção (4º nível) – o que entra como destaque na 1ª página, na home page, na escalada

Fonte: Elaboração própria dos autores.

É muito importante ressaltar, para evitar erros de interpretação, que as três dimensões e os três procedimentos da edição jornalística não são alinhados nem sequenciados de forma codependente – ou seja, com a 1^a dimensão correspondendo só ao 1º procedimento, a 2^a ao 2º, nem a 3^a ao 3º –, mas se conjugam simultaneamente em todos os níveis: observam-se o planejamento e a gestão em todos os procedimentos, ainda que estes sejam mais concentrados na dimensão do tratamento.

Tópico-documentação

No processo de tratamento do material jornalístico, a tarefa de edição se materializa, em primeiro lugar, na edição dos textos, à qual, como já dito, Lage deu mais atenção, seguindo os mesmos critérios de seleção, ordenação e nomeação (aqui substituída pela ênfase). A estruturação, a ordenação, a escolha vocabular e a construção sintática são operações de produção de sentido. A antiga segmentação da edição de texto, quando o trabalho era dividido entre repórteres, redatores e copidesques, foi sucedida por um acúmulo de funções em que o texto é (ou deveria ser) editado simultaneamente, enquanto vai sendo escrito. Na prática, o que se vê atualmente é uma subsunção da edição na etapa da redação, abrindo caminho para erros, incoerências e diferenças de padronização.

Uma das principais contribuições de Nilson Lage para a descrição da estruturação dos textos jornalísticos foi a construção da noção de “tópico frasal e documentação” (ou, na versão sucinta, apenas “tópico-documentação”), importada e adaptada de linguistas norte-americanos, como Strunk Jr. (1918). Originalmente, o termo em inglês *topic sentence* designava a “frase tópica”, proposição conceitual e geral que serve de síntese introdutória do parágrafo, o que Othon M. Garcia (2001[1967], p. 222) traduziu livremente como “tópico frasal” – a ideia central de uma frase.

Constituído habitualmente por um ou dois períodos curtos iniciais, o tópico frasal encerra de modo geral e conciso a ideia-núcleo do parágrafo. É [...] uma *generalização*, em

que se expressa opinião pessoal, um juízo, se define ou se declara alguma coisa. [...] Esse modo de assim expor ou explanar ideias é, em essência, o método dedutivo: do *geral* para o *particular* (GARCIA, 2001, p. 222-223; grifos do original).

Nilson Lage empregava o conceito nas aulas de Redação e Edição na UFF, estabelecendo uma relação binária entre tópico frasal e desenvolvimento: a frase ou a sucessão de frases que, apresentadas em ordem decrescente de valor, deve confirmar a afirmação inicial. Trata-se do exercício da lógica argumentativa, resgatada da retórica aristotélica.

A essa ideia, Lage (2006, p. 56) acrescentou a de “documentação” – isto é, a afirmação de fatos singulares, específicos, que comprovam ou exemplificam a proposição inicial ao longo do desenvolvimento. Para ele, a documentação são os testemunhos, descrições, nomes e números que concretizam o relato jornalístico. São estes dados, dispostos numa sequência lógica, que sustentam e tornam verossímil a afirmação inicial.

Juntos e alternados, o tópico frasal e a documentação compõem a estrutura elementar do texto jornalístico, particularmente do gênero noticioso, o que editores buscam manter no tratamento das matérias. O encadeamento tópico-documentação organiza a leitura em blocos semânticos coesos e alterna as sínteses interpretativas com a enunciação factual. Na edição de texto, tal recurso se revela fundamental para conferir ritmo, fluência e harmonia às matérias.

Em “Ideologia e Técnica da Notícia” (2001, p. 58-59), Nilson Lage retomou o exemplo que gostava de usar em sala de aula para ilustrar a estrutura tópico-documentação: os primeiros parágrafos do “Manifesto Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, para exemplificar esta estrutura binária. Neles, cada primeiro período corresponde ao tópico frasal (T1 e T2). Os períodos seguintes fazem parte da documentação (D1 e D2), que confirma a ideia central.

T1: A história de toda a sociedade tem sido, até os nossos dias, a história das lutas de classes.

D1: Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre-artesão e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminava sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

T2: Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma divisão hierárquica da sociedade,

D2: uma escala graduada de posições sociais. Na Roma antiga, encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, graduações especiais (MARX; ENGELS, apud LAGE, 2001, p. 58).

Assim, após um texto jornalístico hipotético afirmar que “A polícia agiu com violência ao reprimir manifestação contra o despejo de uma ocupação na periferia de São Paulo”, o relato é enriquecido com as informações de que “O cabo Santoro, do 1º Batalhão da Polícia Militar na capital, chutou a barriga da vendedora ambulante Maria de Fátima da Silva, 28 anos, grávida de sete meses”. Diante do enunciado concreto, caberá ao leitor, num processo dialético da linguagem, avaliar a violência da ação policial. É essencial destacar que, para Nilson Lage, os dados colhidos para encorporar a documentação fazem parte do processo de apuração *in loco*, e não do chamado “jornalismo sentado” (NEVEU, 2006, p. 83), em que o repórter sequer deixa a redação e realiza apuração a distância.

O jornalista-professor cultuava a linguagem formal pelo cuidado e precisão dos significados e dos sentidos que o texto poderia gerar entre os leitores. Na frase “Os esforçados jogadores de futebol receberão o prêmio pela vitória”, ele advertia que o adjetivo colocado na frente do substantivo trazia sentido generalizante – ou

seja, todos os jogadores serão gratificados. Quando disposto após o substantivo, o adjetivo adquire sentido excludente: somente os atletas que se esforçaram terão direito ao prêmio. O exemplo serve para ensinar que adjetivos na narrativa jornalística devem expressar a ideia correta da descrição, e não serem utilizados indiscriminadamente na frase.

O professor alertava, lembrando Paulo Freire, que a comunicação só seria eficaz se os argumentos utilizados e os relatos confirmatórios fizessem parte do universo cultural do leitor. Daí, diríamos, a importância de o repórter/redator/editor conhecer os hábitos e a forma de pensar de seu leitor – algo que hoje, 50 anos depois, começa a ser disputado pela inteligência artificial e pelos algoritmos.

Mais recentemente, nota-se como a incorporação de tecnologias digitais vem interferindo nos processos de edição, em particular no webjornalismo, especialmente pelas possibilidades abertas para adaptar e “personalizar” a hierarquização e a ênfase, automaticamente, de acordo com os dados do usuário. Assim, a disposição das chamadas, das fotos e mesmo a manchete podem mudar dependendo da geolocalização de onde o leitor acessa, do histórico de navegação e do dispositivo utilizado, entre outros fatores reconhecidos por um algoritmo ativado pelo código do website (SCHMITT; VARVAKIS, 2013; BARSOTTI, 2019).

É interessante notar como, de certa forma, Nilson Lage – que sempre se mostrou atento às tecnologias de informação e comunicação e tornou-se usuário ativo delas – antecipou-se à lógica da edição algorítmica, tecendo uma crítica preventiva ao que se manifestaria anos depois:

[...] se a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe e se a democracia é o exercício do poder, em última instância, por essas pessoas, não há dúvida quanto à necessidade de diversificar o fluxo de informação e descentralizar os critérios de seleção sem reduzi-los a simples escolhas entre alternativas equivalentes ou predeterminação dos assuntos com base em experiências anteriores (o fato de alguém preferir esportes não significa que não esteja interessado em algo imprevisível e importante na área de economia) (LAGE, 2006, p. 65).

Considerações finais

A experiência profissional acumulada e a organização da descrição de procedimentos rotineiros do jornalismo, especialmente o impresso diário, fizeram das aulas e dos livros de Nilson Lage uma fonte rica de aprendizado sobre as práticas jornalísticas. Embora muito se lembre de suas orientações – quase sempre normativas, como num manual – para a redação de textos jornalísticos, especialmente nos gêneros notícia e reportagem (como a estrutura tópico-documentação), o legado para a edição jornalística não tem o mesmo reconhecimento. O esforço incipiente deste artigo ao compilar, sistematizar, adaptar e, até certo ponto, atualizar esses ensinamentos foi o primeiro passo no que pode ser uma nova seara de elaborações acerca da edição no jornalismo em suas diferentes dimensões e funções.

Com a convergência digital no jornalismo, o trabalho de edição, originalmente exclusivo dos editores, vem sendo pulverizado entre todos os jornalistas das redações: cobra-se que repórteres sugiram títulos, entretítulos e olhos; fotógrafos escrevem suas próprias legendas; e monitores de mídias sociais participam da pauta, trazendo assuntos do “agendamento” das redes. Nesse contexto, o aprendizado de edição ganha ainda mais importância na formação profissional dos jornalistas.

É verdade incontornável que a evolução tecnológica desatualizou parte das orientações normativas de Lage, particularmente nos aspectos de adequação aos constrangimentos da produção industrial da notícia (especialmente do jornal impresso). Os formatos digitais oferecem, ao mesmo tempo, possibilidades e

desafios para editar, inclusive pela profusão de recursos audiovisuais e pelo chamado “tempo real” nos elementos textuais, com toda a necessária problematização que Moretzsohn (2002) já fez. Buscar essa atualização para o contexto jornalístico atual, entretanto, é um esforço que ainda resta por ser feito.

A morte do mestre e jornalista Nilson Lage, aos 85 anos, deixou órfãs algumas gerações que aprenderam com ele a arte e as agruras do jornalismo. Suas aulas ajudaram a formar jornalistas críticos e apaixonados pelo país. São centenas de repórteres, redatores, editores, repórteres fotográficos e cinematográficos, alguns dos quais tornaram-se editores e até diretores de redação, que tiveram o privilégio de serem alunos dele. Copidesque arguto e exigente, gostava de provocar os repórteres: “Nunca recebi um Prêmio ESSO, mas já escrevi três”, dizia. A capacidade de adaptar uma metodologia herdada da Linguística para ensinar técnicas de redação impressionava os alunos. Era capaz de produzir textos mentais instantaneamente para dar exemplos em sala de aula.

Fora do âmbito da linguagem, Nilson Lage revelava-se implacável com o exercício da ética. Gostava de lembrar que um bom repórter deveria fazer duas apurações simultâneas. Uma correspondia à tarefa de investigação em si; a outra visava saber por que aquele assunto merecia o interesse da direção do jornal. E alertava: “Quando um jornal dá um furo e os outros não fazem suíte no dia seguinte, alguma coisa de errado deve haver”.

O jornalismo é um discurso datado: cada texto parte de um contínuo que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece, em cada campo das relações a sociedade: governo e povo, médico e pacientes, escolas e estudantes etc. (LAGE, 2001, p. 35).

Nilson Lage narrava com brilho nos olhos, em sala de aula, episódios de fechamento que havia vivenciado nas redações e que muitos de seus alunos não esquecem. As análises da realidade mostravam-se sem lacunas, nem dúvidas. Nilson parecia ter certeza absoluta do que falava. Mas, certa vez, nos anos 1970, um grupo de estudantes pregou-lhe uma peça. Em meio a uma aula na UFF em que ensinava como ludibriar os censores na redação, um aluno provocou: “E como vamos escrever quando a ditadura acabar?”. O professor ficou sem resposta.

Um bom professor se perpetua na memória dos alunos quando transmite conceitos, técnicas, condutas e ética e produz conhecimentos, que serão repassados muitas vezes a terceiros, em escala geométrica por algumas gerações até que surjam novos conceitos, novas técnicas, desafios e dúvidas. A pesquisa movimenta o mundo e o magistério socializa o conhecimento. No caso de Nilson Lage, como muitos de seus alunos se tornaram, eles mesmos, professores universitários, os conhecimentos repassados nas redações e na sala de aula a centenas de discípulos vão contribuir para eternizá-lo nos cursos de Jornalismo.

Referências

BARSOTTI, Adriana. Quando a visibilidade da notícia depende dos algoritmos: os riscos para a sociedade. *Trama: Indústria Criativa em Revista*, ano V, v. 8, n. 1, p. 44-63, jan.-jun./2019.

FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana (orgs.). *Edição em Jornalismo: ensino, teoria e prática*. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2006.

FRANCO, Guilherme. Braços Abertos: “Antes dele, 9 em cada 10 viciados

desistiam". **SPRESSOSP**, 25 maio 2015. Disponível em: <http://spressosp.com.br/2015/05/25/bracos-abertos-antes-dele-nove-em-cada-dez-viciados-desistiam>. Acesso em: 1 mar. 2022.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 20^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GUIMARÃES, Paulo Cezar. **Edição de Impressos**. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Edições (CCAA), 2010.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 4^a ed. São Paulo: Ática, 1993.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 6^a ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3^a ed. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA JR., Luís Costa. **Guia para a Edição Jornalística**. 2^a ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SASSARA, Luna de Oliveira; FERES JUNIOR, João. Crack, Haddad e o jornalismo multimídia da Folha de S. Paulo. **Manchetômetro** (IESP-UERJ). 23 maio 2015. Disponível em: <http://manchetometro.com.br/2015/05/23/crack-haddad-e-o-jornalismo-multimidia-da-folha-de-s-paulo>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SCHMITT, Valdenise; VARVAKIS; Gregorio. Personalização no jornalismo online: Uma análise de conteúdo dos principais jornais. **DataGramZero**: revista de informação, v. 14, n. 6, p. A05, dez/2013.

SOSTER, Demétrio. Ensino de edição em jornais impressos: uma abordagem metodológica. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana (orgs.). **Edição em Jornalismo**: ensino, teoria e prática. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2006.

STRUNK JR., William. **The Elements of Style**. Ithaca (EUA): Cornell University, 1918. Disponível em: <https://www.bartleby.com/141>. Acesso em: 1 mar. 2022.

THE ECONOMIST. **Inside The Economist's editorial meeting**, 7 mar. 2017. Disponível em: <https://medium.economist.com/inside-the-economists-editorial-meeting-961d1575f952>. Acesso em 1 mar. 2022.

WHITE, David Manning. The 'Gate Keeper': a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**. n. 27, p. 383-391, 1950.